



valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ativo são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ativo é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ativo se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **Impairment de ativo reconhecido no resultado do exercício não é revertido.** **3.13 Benefícios e empregados** - A Companhia mantém para seus colaboradores um plano de participação nos lucros. Os colaboradores têm direito à participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e para os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas são aprovados pela diretoria e, quando aplicável, constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes. **3.14 Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.15 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido. **3.16 Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir: (a) **Venda de produtos** - As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. (b) **Venda de serviços** - A Companhia cobra de seus franqueados taxas de royalties e fundo de marketing com base no faturamento informado pelas franquias. Por ingresso de novas lojas na Companhia é efetuada a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes. (c) **Receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.17 Imposto de renda e contribuição social** - (a) **Corrente** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente do R\$ 240, para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. (b) **Diferido** - Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos de administração e são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.18 Resultado por ação** - O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente convertíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

**Resultado por Ação**. **4. Gestão de riscos financeiros** - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxo de caixa. A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. (a) **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de perda financeira da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6) (i) 8.940 6.035 9.075  
Contas a receber de clientes (Nota 7) (ii) 5.532 6.500 5.587  
**14.472 12.535 14.662**

(i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir os riscos da Companhia, tanto com clientes, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. Na que tangue às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa. (ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (90% franqueados ou licenciados e 10% operadores de cartões referente vendas lojas próprias), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes nas contas a receber, e em 31 de dezembro de 2015, cerca de 92% dos títulos encontravam-se a vencer (93% em 31 de dezembro de 2014). Apesar de haver uma redução parcela de saldos vencidos a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa. (b) **Risco de liquidez** - É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Passivos financeiros 73.263 - 25.658 47.605  
Debêntures 162 90 - 72 -  
Empréstimos 478 4.778 - -  
Fornecedores 6.422 6.369 - 53 -  
Demais contas a pagar 84.625 11.237 - 57 -  
**84.625 11.237 25.783 47.605**

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Passivos financeiros 73.263 - 25.658 47.605  
Debêntures 162 90 - 72 -  
Empréstimos 4.604 4.804 - -  
Fornecedores 6.213 6.660 - 53 -  
Demais contas a pagar 84.942 11.554 - 57 -  
**84.942 11.554 25.783 47.605**

	Controladora - 2014	Controladora - 2014	Consolidado - 2014
--	---------------------	---------------------	--------------------

Passivos financeiros 71.809 - 795 71.014  
Debêntures 122 54 - 68 -  
Empréstimos 3.131 3.131 - -  
Fornecedores 3.730 3.733 - 57 -  
Demais contas a pagar 78.852 6.918 - 920 71.014

(c) **Risco de fluxo de caixa** - O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentual do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI. O risco decorre das taxas de juros contratadas e é acompanhado desde o início do empréstimo sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva de R\$ 84.485 (2014 - R\$ 85.895), composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de empréstimos, financiamentos e debêntures. Para a análise de sensibilidade, foi adotado como cenário "Provável" a expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil em 12 de fevereiro de 2016, onde indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 14,25%, ante a taxa efetiva de 14,14% verificada no ano de 2015. Nos cenários "Possível" e "Remoto", a taxa de juros foi valorizada em 25% e 50%, em relação ao cenário "Provável".

Emprestimos, financiamentos e debêntures 73.425 71.931 73.425  
(-) Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras (8.940) (6.035) (9.075)  
Divida líquida (A) 64.485 65.896 64.350  
LAJIDA 18.673 15.694 18.731  
Ajustes:  
Despesas não recorrentes (i) 584 - -  
Resultado negativo do varejo (ii) 473 - -  
LAJIDA ajustado (B) 18.673 16.751 18.731  
(\*) **Relação dívida líquida sobre capital em 31 de dezembro (A/B)**  
(i) Em 2014, o LAJIDA foi ajustado pelo valor total de R\$ 1.057, sendo R\$ 584 decorrente de despesas não recorrentes e R\$ 473 do resultado negativo de 2014 das lojas próprias (varejo), conforme estabelecido na escritura da 3ª emissão das debêntures. A reconciliação do LAJIDA para os exercícios apresentados é como segue:

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Lucro operacional antes do resultado financeiro e tributos 12.910 13.265 12.966  
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 11) 2.650 2.063 2.652  
Amortização do intangível (Nota 12) 3.113 366 3.113  
**18.673 15.694 18.731**

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras  
Taxa efetiva de juros (ao ano) 2015 2014 2015  
Caixa e equivalentes de caixa 5,041 4,412 5,176  
Aplicações financeiras 101% do CDI

11. Imobilizado (Controladora e Consolidado)  
Edificações 4.831 638 - 6.443  
Aquisição - 137 2.200 -  
Alienação - (34) (137) -  
Transferências - 89 - -  
Depreciação (131) (149) (1.183)  
Em 31 de dezembro de 2014 4.700 681 7.323  
Custo total 7.505 2.311 20.937  
Depreciação acumulada (2.805) (1.630) (13.614)  
Saldo contábil 4.700 681 7.323  
Em 31 de dezembro de 2014 4.700 681 7.323  
Aquisição - 11 582 345 279  
Alienação - - (628) (22) (148)  
Transferências - 419 458 -  
Depreciação (131) (168) (861)  
Em 31 de dezembro de 2015 4.569 724 6.475  
Custo total 7.505 2.741 21.353  
Depreciação acumulada (2.936) (1.798) (14.472)  
Saldo contábil 4.569 943 6.876

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Em 31 de dezembro de 2014 Saldo inicial 649 - 3.068  
Aquisições 159 1.165 -  
Amortização (141) (43) -  
Baixas - (487) -  
Saldo contábil 667 635 3.068  
Em 31 de dezembro de 2015 Saldo inicial 667 635 3.068  
Aquisições 134 178 -  
Combinação de negócios - 800 -  
Baixas - (2.742) -  
Transferências 486 (486) -

Certificados de depósitos bancários 2.437 228 2.437  
Aplicações financeiras restritas (i) 100% do CDI  
Certificados de depósitos bancários 1.462 1.295 1.462  
8.940 6.035 9.075

(i) As aplicações financeiras restritas foram cedidas fiduciariamente, em garantia ao cumprimento das obrigações garantidas relacionadas à 3ª emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., banco em que as aplicações foram realizadas (Nota 13).

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Duplicatas a receber 5.588 6.540 5.543  
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (56) (40) (56)  
**5.532 6.500 5.587**  
O aging list das duplicatas a receber está assim composto:  
Controladora Consolidado  
2015 2014 2015  
A vencer 5.101 6.106 5.156  
Vencidos até 30 dias 357 352 357  
Vencidos até 60 dias 21 24 21  
Vencidos até 90 dias 31 12 31  
Vencidos até 180 dias 71 24 71  
**5.588 6.540 5.543**

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Produtos acabados 1.744 1.524 1.744  
Produtos para revenda 1.456 1.361 1.468  
Matérias-primas 1.192 1.082 1.203  
Outros 52 115 52  
**4.444 4.082 4.467**

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os impostos diferidos ativos estão compostos como segue:  
Controladora Consolidado  
2015 2014 2015  
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa 455 1.187 455  
Crédito fiscal de ativo decorrente de incorporação reversa 2.043 4.761 2.043  
Prejuízo fiscal 9.612 6.520 9.614  
Base negativa 3.502 3.083 3.502  
Diferença de depreciação - CPC 27 (891) (941) (891)  
Outras provisões 909 446 909  
**15.630 17.056 15.630**

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de quatro anos, conforme a seguir:

	Montante	Controladora	Consolidado	Percentual
--	----------	--------------	-------------	------------

Em 2017 1.190 1.190 7,6  
Em 2018 3.422 3.422 21,9  
Em 2019 4.416 4.416 28,3  
Em 2020 6.602 6.602 42,2  
**15.630 15.630 100**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 2.750 3.313 2.783  
Alíquota fiscal - % 34 34 34  
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal 935 1.126 946  
Adições permanentes 468 248 468  
Outras receitas isentas de impostos (292) (133) (303)  
Diferença de tributação - Lucro Presumido - - - (33)  
Imposto de renda e contribuição social no resultado 1.111 1.241 1.144  
Alíquota efetiva - % 40 37 40

	Controladora - 2015	Controladora - 2014	Consolidado - 2015
--	---------------------	---------------------	--------------------

10. Depósitos judiciais 6.718 4.003 6.718  
PIS e COFINS sobre base de cálculo ICMS 1.800 (4.078) (1.800)  
Provisão constituída para o processo de PIS e COFINS sobre base de cálculo ICMS 26 18 26  
Depósito judicial FGTS 4.944 (57) 4.944

Em 14 de fevereiro de 2007, a CPQ ingressou com Ação Ordinária Declaratória e Mandado de Segurança com Pedido de concessão de Liminar, declarando a inexistência de relação jurídica com a Secretária da Fazenda que obriga a mesma a incluir o ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. De acordo com a ação proposta, são depositados judicialmente e mensalmente os valores devidos a título de PIS e COFINS questionados a partir da data base de janeiro de 2007. Concomitantemente ao registro dos depósitos judiciais, foi constituída provisão do referido montante no passivo não circulante, e demonstrado apenas o efeito líquido. Considerando a avaliação dos seus assessores jurídicos, a CPQ reverteu, em 31 de dezembro de 2015, saldo parcial da provisão constituída para esta finalidade, no montante de R\$ 2.277, sendo R\$ 1.871 de COFINS e R\$ 406 de PIS.

	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Outros (i)	Obras em andamento	Total
--	--------------------------------------	---------------------	----------	----------------------------	------------	--------------------	-------

Em 31 de dezembro de 2014 4.831 638 - 6.443  
Aquisição - 137 2.200 -  
Alienação - (34) (137) -  
Transferências - 89 - -  
Depreciação (131) (149) (1.183)  
Em 31 de dezembro de 2014 4.700 681 7.323  
Custo total 7.505 2.311 20.937  
Depreciação acumulada (2.805) (1.630) (13.614)  
Saldo contábil 4.700 681 7.323  
Em 31 de dezembro de 2014 4.700 681 7.323  
Aquisição - 11 582 345 279  
Alienação - - (628) (22) (148)  
Transferências - 419 458 -  
Depreciação (131) (168) (861)  
Em 31 de dezembro de 2015 4.569 724 6.475  
Custo total 7.505 2.741 21.353  
Depreciação acumulada (2.936) (1.798) (14.472)  
Saldo contábil 4.569 943 6.876

	Software	Instalações e Aeroportos	Ágio	Relacionamento com franqueados	Marcas e patentes	Ponto comercial	Total
--	----------	--------------------------	------	--------------------------------	-------------------	-----------------	-------

